

MESA REDONDA: DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

Teatro Guaporé / 18.10.2017 –

Dra. Fátima Weiss de Jesus (UFAM) - Dr. Giuseppe Tosi (UFPB)

– Debatedor Dr. Márcio Secco (UNIR/DHJUS)

GIUSEPPE TOSI

Agradeço o convite para participar desse Seminário, convite que aceitei com muita honra e prazer, sobretudo porque foi feito por um Programa de Pós-Graduação em DHs.

Queria aproveitar desta oportunidade para fazer um breve histórico de como os DHs entraram a fazer parte do ensino, da pesquisa e da extensão universitária no Brasil (e na América Latina). As informações mais detalhadas se encontram nos livros que trouxe produzidos pelo Núcleo de Cidadania e DH da UFPB e que podem ser encontrados no site do Núcleo: www.cchla.ufpb.br/ncdh.

A implantação dos dhs nas universidades passou por três períodos: i) o começo nos anos 80^a 95; ii) a consolidação nos anos de 95 a 2005; iii) a expansão nos anos 2005, sobretudo após 2010.

A UFPB foi uma das pioneiras na introdução dos DHs: fundou em 1989/90 a primeira Comissão de DH, em 1995-96 realizou o primeiro Curso de Especialização em DH, além de inúmeros cursos de extensão, em 2004 foi uma das 3 universidades brasileiras que criaram um Mestrado em DH como o apoio da Ford Foundation (as outras foram a USP e a UFPA). Neste período, houve também vários cursos de especialização presenciais e a distância de educação em DH e de Segurança Pública e DH, além dos cursos de extensão. E em 2012 a UFPB criou um outro mestrado, neste caso na área interdisciplinar da CAPES.

Hoje há cerca de 11 mestrados interdisciplinares profissionais e acadêmicos credenciados pela CAPES. Se somarmos os Programas de Pós-Graduação *latu sensu* (os vários cursos de especialização) e *strictu sensu* nas áreas disciplinares sobretudo na área do Direito, mas também as áreas de concentração e as linhas de pesquisa, teremos um número expressivos de programas de pós-graduação, sem contar as disciplinas dos cursos de

Graduação. A área está se consolidando na CAPES (ainda não existe no CNPq) e no começo do mês de novembro, em João Pessoa haverá uma reunião convocada pela professora Adelaide Dias, coordenadora do PPGDH-UFPB à qual estão convidados os 11 mestrados interdisciplinares: o prof. Secco irá participar.

Se somarmos a isso os inúmeros grupos de pesquisa que atuam na área e estão registrados no diretório dos grupos de pesquisa do CNPq teremos a confirmação de que os direitos humanos constituem uma área de acadêmica das mais relevantes no Brasil (sobre América Latina, ver o livro *Cultura e Educação em DH na América latina*).

Vcs não estão sós, fazemos todos parte de uma rede acadêmica de ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação que tem os direitos humanos como eixo central articulador e interdisciplinar. Isto é muito importante para o desenvolvimento da democracia e da cidadania e dos DHs no Brasil.

Em um momento em que, no Brasil, os militantes dos direitos humanos são ameaçados, caluniados, perseguidos e assassinados, tachados de “defensores de bandidos”, e em que há uma massiva campanha dos meios de comunicação para difundir a ideologia de que “os direitos humanos são só para os humanos direitos”, que faz dos “direitos humanos” o bode expiatório da situação de violência que vive o país, a educação em direitos humanos, em todos os níveis do ensino, no âmbito formal e informal, é uma ferramenta essencial para evitar a barbárie que nos assola e ameaça cotidianamente.

Porque a democracia e os direitos humanos não são opcionais que podemos aceitar ou recusar, mas constituem o alicerce da nossa convivência social, os alicerces do pacto social que foi assinado pela Assembleia Nacional Constituinte em 1988 e que fundou a nossa Constituição que na sua parte inicial inclui os direitos humanos como fundamentos da nova ordem jurídica, tanto os direitos civis e políticos, ou de primeira geração, quanto os direitos econômicos e Sociais, ou de segunda geração.

Citando uma famosa frase de Bobbio, comentando a Declaração Universal, (mas isto vale também ou ainda mais pela Constituição que tem um valor jurídico mais forte do que a DUDH), o dilema clássico entre jusnaturalismo e juspositivismo acabou quando os dhs são positivados. Os direitos humanos, enquanto direitos naturais, ou seja, aspirações éticas e desejos, agora

entram a fazer parte do arcabouço jurídico e se tornam direito positivos. Então conclui Bobbio, de maneira um pouco apressada: o problema não é mais filosófico, de fundamentação dos direitos, mas político da sua aplicação na prática.

E é preciso reconhecer que, apesar de todas as falhas e as insuficiências na aplicação destes preceitos na nossa sociedade, o Estado brasileiro e a sociedade civil organizada realizaram um enorme esforço para a implementação dos direitos humanos em todos os níveis no Brasil.

O Brasil participou ativamente através os seus representantes, na criação da ONU e da elaboração da DHDH e foi um dos 48 membros signatário da DUDH; mas as vicissitudes políticas brasileiras não permitiram que os DH vingassem no nosso país. O golpe civil-militar e a ditadura militar que se impôs por 20 anos promoveram um ataque sistemático aos direitos humanos, tanto civis e políticos, como sociais.

Mas como a história caminha por linhas tortas, foi justamente no período mais duro da repressão militar que os DHs (re)aparecem com força e a linguagem e a prática dos direitos humanos começa de fato a vingar no Brasil. Foram as Comissões de Direitos Humanos, os Centros de Defesa dos DH, os Centros de Educação Popular, as diferentes pastorais da Igreja Católica (que havia apoiado o golpe!) que colocaram na agenda política do Brasil o tema dos direitos humanos; e abriram as portas para a derrubada da ditadura.

Mas, mesmo após a Constituição de 1988 o Brasil demorou bastante para por em prática os DH. Um impulso grande foi dado pela 2ª Conferência mundial dos DH de Viena, em 1993 que teve ampla participação da sociedade civil de toda parte do mundo e que decidiu, entre outras coisas, um plano de ação para cada país cumprir. O Brasil foi um dos primeiros a adotar este plano.

A partir de 1994/05 o governo Fernando Enrique Cardoso criou a primeira Secretaria Nacional de Direitos Humanos, o 1º o 2º Programa Nacional de Direitos Humanos, trabalho que foi prosseguido e consolidado pelo governo do presidente Lula e da presidenta Dilma, que criaram o 3º Programa Nacional.

A EDH foi fortalecida com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2003 (cuja versão final saiu em 2006), elaborado pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos vinculada à Secretaria de DH. Os direitos humanos entraram também a fazer parte das diretrizes curriculares nacionais através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e finalmente da Resolução do Conselho Nacional de Educação de 2011.

A estas iniciativas se somaram as inúmeras Conferências Nacionais (quase uma centena) sobre os mais variados argumentos que mobilizaram milhões de pessoas da sociedade civil e do Estado nos níveis municipal, estadual e federal, num exemplo de democracia participativa.

Não podemos também esquecer todo o trabalho de controle social das políticas públicas realizados pelos Conselhos de direitos e conselhos tutelares, nas várias áreas e toda a rede de proteção social que o Estado começou a construir já a partir do governo FHC, tendo a Bolsa Família como um dos instrumentos mais importantes.

Tudo isso dava a impressão de que os direitos humanos fossem se tornados uma política pública de Estado e não mais somente de governo: crença ou ilusão que foi colocada em dúvida agora por este governo ilegítimo, que está promovendo um grande retrocesso social em todas as áreas; mas não é só o governo, muitos setores da sociedade civil estão manifestando uma hostilidade sempre maior contra os direitos humanos e a democracia que é preocupante.

Não se trata aqui de defender posições de esquerda ou de direita, progressistas ou conservadores, coxinhas ou mortadela, todas elas legítimas, na medida em que se mantêm no campo da ordem jurídica e política; mas de defender duas instituições fundamentais que estão na base da convivência civil, que são fruto das lutas, dos erros e acertos da humanidade e que constituem um divisor de água entre civilização e barbárie.

Lembremos a famosa frase de Walter Benjamin: “Todo monumento à civilização é também um monumento à barbárie”. Benjamin tinha razão em denunciar que historicamente em nome da civilização foram cometidas as maiores barbáries, inclusive porque estava vivendo na era dos totalitarismos onde uma das nações mais civilizada, a Alemanha, estava promovendo a maior barbárie da história. O que entendemos aqui por civilização é

exatamente o contrário, após os horrores das duas guerras mundiais, civilização são padrões mínimos de comportamento “civilizados”, que apontam para um progresso não somente técnico, mas também moral, ético e político da sociedade, uma das esperanças do filósofo alemão Immanuel Kant, de que a humanidade poderia não somente progredir técnica e cientificamente, mas também moralmente: e o fim das guerras e a fundação de uma paz perpétua, seria um sinal neste sentido.

Eu queria conclamar todos os que estão presentes, aproveitar esta oportunidade de ter muitos estudantes, professores, operadores do direito para fazer um apelo a não se deixar seduzir por atalhos autoritários por promessas milagrosas que pretendem resolver de forma simples e radical problemas complexos. Todos nós temos as nossas preferências políticas, mas a defesa da democracia e dos direitos humanos não depende das nossas preferências, ela é a condição de possibilidade da convivência pacífica entre as pessoas de uma nação, são padrões mínimos de civilização abandonado os quais caímos na barbárie (pior da que já estamos).

E queria ressaltar a importância da batalha das ideias, da **batalha ideológica**, que é o nosso ofício como intelectuais. Marx e o materialismo histórico afirmam que as condições materiais condicionam ou até determinam a consciência individual e social. Isto é verdade, mas é também verdade o contrário, que a consciência social se não determina pode transformar as condições materiais. É a força das ideias, que como o próprio Marx reconhecia quando se apoderam das massas se tornam forças produtivas ou destrutivas eu acrescentaria. O marxismo é um exemplo disso: ele se transformou numa ideologia de centenas de milhões de pessoas, a partir da revolução russa da qual comemoramos os 100 anos; o marxismo oficial se transformou em marxismo-leninismo e depois em stalinismo e em totalitarismo até a queda do comunismo soviético. Vamos fazer um balanço deste acontecimento epocal em novembro na UFPB e já saíram inúmeros livros e eventos sobre o tema.

Devemos abrir o debate de ideias sobre alguns fenômenos preocupantes, que ameaçam a democracia e os direitos humanos. só coloco alguns de forma breve para o debate:

1. O **Impeachment** da presidente Dilma foi um golpe porque, como diria Bobbio, não foram respeitadas as regras do jogo. No presidencialismo, o mandato é assegurado por um período fixo e só pode ser retirado

por crime de responsabilidade. Não é suficiente a perda do apoio político no congresso para fazer cair o governo, como acontece no parlamentarismo. E vamos concordar que o “crime” de responsabilidade das chamadas “pedaladas fiscais” tem 3 hipóteses: ou i) é inexistente, ii) ou tem o benefício da dúvida (*in dubio pro reo*) iii) ou é desproporcional à perda de um mandato de uma presidente eleita, como já afirmaram eminente juristas e tributaristas. O impeachment é uma **ruptura institucional profunda**, que numa democracia só deve ser utilizada como *extrema ratio* em casos gravíssimos, porque suspende um princípio fundamental da democracia que é o voto popular, e **tem consequências**: o ex-presidente FHC declarou, num momento de lucidez, que é como a bomba atômica, se ameaça, mas não se joga; no entanto decidiram, com a aprovação dele, de jogar esta bomba com consequências nefastas e imprevisíveis para a nossa democracia e os direitos. Aumentou a sensação de insegurança jurídica e instabilidade políticas em que estamos vivendo...

2. A política **neo-liberal** que está sendo imposta por um governo ilegítimo fruto de um golpe parlamentar que quer aplicar um programa nunca debatido pela população: menos Estado e mais mercado é o lema do neo-liberalismo, mas no Brasil que é um país de grandes desigualdades econômicas e sociais, precisamos de um Estado com instituições fortes para diminuir as desigualdades e criar oportunidades para todos;
3. A volta dos saudosismos da **ditadura** que manifestam uma ideologia intolerante e autoritária que poderia chamar de Fascismo, não como regime político que já passou, mas como ideologia regressiva. Como dizia o escritor italiano Pasolini, o “eterno fascismo” que está presente na sociedade e que desperta em momentos de crise como uma solução, sendo ao contrário parte do problema.
4. O aumento espantoso da **violência**, a sua espetacularização pela mídia, a lógica da discriminação, assim como as falhas sistêmicas: “a crise do sistema criminal de justiça; a obsolescência do paradigma de segurança pública; o ranço burocrático e autoritário das instituições sociais voltadas ao controle social e o contínuo desrespeito aos direitos humanos”. Tudo leva a concluir de que estamos em uma “guerra civil, não declarada” nesse campo de batalha onde as “classes

perigosas”, ou seja, os pobres, os migrantes, imigrantes e os negros, são todos vítimas e vitimizados pelo primado da parceria conceitual estigma/estereótipo.

5. O integralismo e **fundamentalismo religioso** que difundem uma ideologia intolerante (contra outras religiões e grupos sociais) e obscurantista (contra a ciência e a filosofia) e que está entrando massivamente e com (muitos recursos econômicos e pressões ideológicas) na área política utilizando o púlpito como palanque político-partidário. O fundamentalismo (católico, protestante, hebreu ou islâmico) faz uma leitura equivocada da Bíblia, que é um livro no qual pode ser encontrado de tudo: ensinamentos religiosos, éticos, históricos, literários, poéticos, e muito mais: tudo menos a ciência. Ler a Bíblia como fazem alguns fundamentalistas sobretudo norte-americanos, (na Europa este fenômeno é muito menos presente), que influenciam o Brasil e a América Latina é prestar um péssimo serviço a ela. A Bíblia utiliza a ciência do seu tempo, mas ela evoluiu desde Kepler (que era um monge) e Galileu (que era um bom católico e havia alertado a Igreja sobre este equívoco). O fundamentalismo fere um dos princípios históricos dos DHs, ou seja, a ideia de tolerância religiosa, que começou no Renascimento, teve o seu ponto alto, na obra de John Locke, e que depois se difundiu graças aos iluministas. Locke estabelecia a religião como um assunto privado, as Igrejas como associações privadas, e separava o Estado da Igreja, permitindo assim a convivência de várias religiões no mesmo Estado, contanto que todas elas respeitassem o ordenamento jurídico do Estado. O mandamento de “Não nomear o nome de Deus em vão” vai muito além da blasfêmia, quer dizer “não nomear o nome de Deus” porque Nomear Deus significa torna-lo um objeto nas nossas mãos e não há nada mais poderoso do que falar em nome de Deus: *Got mit uns*, estava escrito nas bandeiras do exército nazista, *In God we trust* está no dólar americano (o Deus do dinheiro, Mamona) e até os atletas agradecem a Deus pela vitória, como se ele fizesse ganhar um time e perder outro. O Teólogo ecumênico Hans Kung, que participou da elaboração de uma declaração mundial das religiões, afirmou esta tese: “não haverá paz no Mundo se não houve paz entre as religiões”. A religião como fonte de amor e de fraternidade e não de ódio e de intolerância.

Outros assuntos estou trabalhando no minicurso. Mas não queria terminar sem deixar claro que o momento que estamos vivendo é, para a democracia brasileira um momento delicado, o país está sendo submetido a procedimentos parecido com os que os economistas chamam de *stress test* para verificar a saúde financeira de um banco, e os cardiologistas de um eletrocardiograma sob esforço para testar a saúde do coração. A crise política associada à crise econômica, ou a crise econômica agravada pela crise política, provocam uma crise de valores e de confiança na democracia. Vivemos tempos difíceis e sombrios, sobretudo após a retirada da presidenta Dilma da Presidência da República num movimento que se caracteriza sempre mais claramente como um golpe institucional.

Tudo isto provoca uma grande frustração e desilusão dos cidadãos com a democracia, uma sensação generalizada de caos e de desordem. Estamos claramente num período de retrocesso e diante de uma derrota que terá consequências históricas graves.

No entanto, devemos considerar que a democracia não é algo estático, mas um processo em contínuo movimento, que comporta avanços e retrocessos. Na verdade, mais do que falar em democracia, deveríamos falar em processo de democratização. Para usar uma linguagem bem coloquial, a democracia é esta bagunça que está aí, à qual estamos assistindo. Não se assustem, porque é isso mesmo e não só no Brasil, mas em outros países de democracia mais antigas, a impressão é de caos, confusão, etc.; mas o debate ideológico e conflito de interesses fazem parte da “democracia como ela é” e são benéficos para a sociedade e o fortalecimento do Estado de Direito. A alternativa sabemos qual é e não deu certo!

Por tudo isso acho muito oportuna a convocação deste 1º Congresso Internacional de Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça, parabeno os organizadores, e me coloco à disposição para colaborar com o fortalecimento da área dos direitos humanos na Universidade e na Sociedade, convencido que estamos combatendo o justo combate, que dá sentido não somente à nossa profissão, mas à nossa vida.

Obrigado